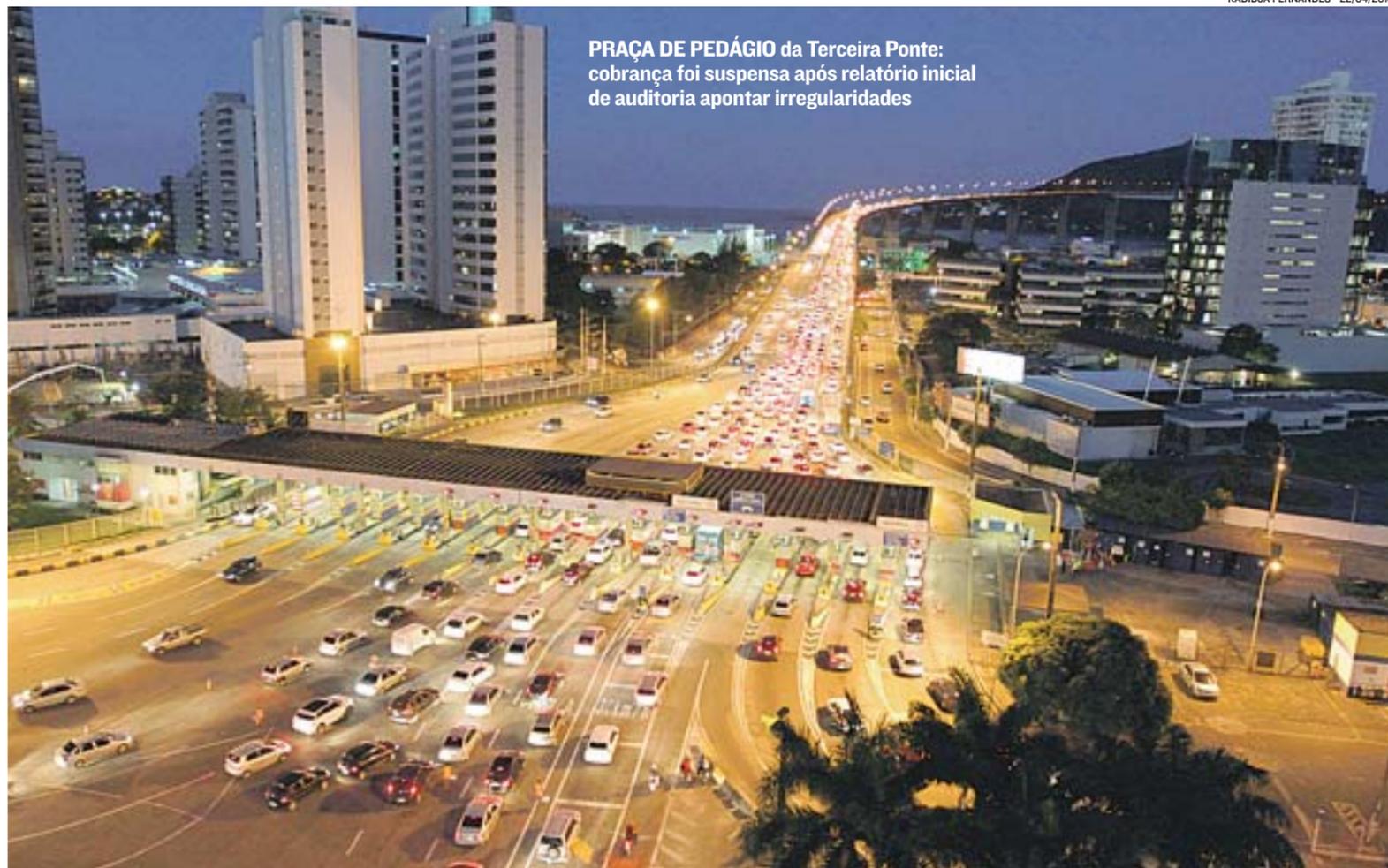


KADIDJA FERNANDES - 22/04/2014



PRAÇA DE PEDÁGIO da Terceira Ponte: cobrança foi suspensa após relatório inicial de auditoria apontar irregularidades

Justiça nega a volta do pedágio na Terceira Ponte

Juiz negou o pedido da concessionária Rodosol para que o pedágio de 80 centavos, suspenso desde abril, voltasse a ser cobrado

Daniel Figueredo

O juiz da 2ª Vara Estadual dos Feitos da Fazenda Pública, Paulo César de Carvalho, negou o pedido feito pela concessionária Rodosol para que o pedágio da Terceira Ponte voltasse a ser cobrado no valor de R\$ 0,80.

No final da tarde de ontem, a

Justiça negou provimento ao pedido feito em julho pela Rodosol. Para o magistrado, não há aparente ilegalidade no ato administrativo da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura (Arsi), que suspendeu a cobrança em abril.

O ato 30/2014 da Arsi suspendeu o pedágio na ponte após a divulgação do resultado do Relatório Inicial de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), que apontou vantagem de R\$ 798 milhões para a Rodosol, durante os 15 anos do contrato de concessão.

“Não se pode afastar, de plano, a presunção de legalidade dos atos administrativos, já que a resolução

da Arsi (...) encontra-se motivada no Relatório Inicial de Auditoria do Tribunal de Contas (...), que indicou diversas irregularidades no processo licitatório que deu origem ao Contrato de Concessão Rodoviária 01/98 (do sistema Rodovia do Sol)”, justificou o juiz.

A decisão foi em caráter liminar e a Rodosol ainda pode recorrer.

O magistrado é o mesmo que fará o julgamento de duas ações que aguardam o fim da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas. Em uma delas ficou decidida a redução do pedágio da ponte ao preço de custo, em julho de 2013.

A Rodosol afirmou que vai aguardar a notificação para adotar as medidas legais cabíveis em rela-

ção à decisão do magistrado.

AUDITORIA

A auditoria que motivou a suspensão do pedágio ainda segue em curso no TC-ES. A Instrução Técnica Conclusiva (ITC), que finaliza a auditoria do tribunal, deve ter pedido de prorrogação protocolado e a análise deve concluída no ano que vem.

A previsão inicial era que a auditoria fosse concluída ainda em novembro. Após isso, o Ministério Público de Contas teria prazo para produzir um relatório e o relator da matéria, o conselheiro Sebastião Carlos Ranna, vai produzir um voto que será levado a julgamento no plenário da casa.

ENTENDA O CASO

Protestos

- > EM JUNHO do ano passado uma série de protestos pediu o fim do pedágio da Terceira Ponte.
- > APÓS A SÉRIE DE PROTESTOS, no fim de julho de 2013, uma decisão judicial e um pedido do governo do Estado iniciaram uma auditoria no Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) no contrato com a concessionária Rodosol.
- > A DECISÃO JUDICIAL também reduziu a valores de manutenção o pedágio na 3ª Ponte. Após análise da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi), o valor do pedágio foi reduzido de R\$ 1,90 para R\$ 0,80.

Auditoria

- > EM ABRIL, o TC-ES divulgou a Instrução Técnica Inicial, o primeiro relatório de auditoria. No relatório foi apontado que haveria uma vantagem de R\$ 798 milhões para a Rodosol.

Suspensão do pedágio

- > COM O RELATÓRIO, no dia 22 de abril, o governo do Estado decidiu suspender a cobrança do pedágio na Terceira Ponte e manter a cobrança na praça de Guarapari.
- > SEGUNDO O ATO administrativo da Arsi, um processo administrativo foi instaurado e está em tramite na agência, que vai ouvir também a Rodosol.
- > EM JULHO DESTE ANO, a Rodosol recorreu à Justiça da decisão tomada pelo governo do Estado e pediu ressarcimento dos valores que deixou de arrecadar (R\$ 4,2 milhões até o mês de julho). Ela também pediu que fosse restabelecido o valor anterior à decisão da Arsi, de R\$ 0,80.
- > O JUIZ da 2ª Vara Estadual dos Feitos da Fazenda Pública negou ontem o pedido da concessionária.

ADRIANO HORTA - 24/06/2013



PROTESTO pelo fim do pedágio

Vereadores votam hoje proibição em Vitória

Os vereadores de Vitória vão votar hoje um projeto de lei que proíbe a manutenção de pedágios urbanos na capital.

O Projeto de Lei 306/2014, do vereador Fabrício Gandini, foi colocado em regime de urgência ontem na Câmara de Vereadores de Vitória. Se aprovado, ainda terá de ser analisado pela prefeitura, para ser sancionado ou vetado.

Segundo a proposta, fica proibida a instalação de pedágios urbanos na cidade, sejam eles municipais ou estaduais. Segundo o vereador Fabrício Gandini, a questão

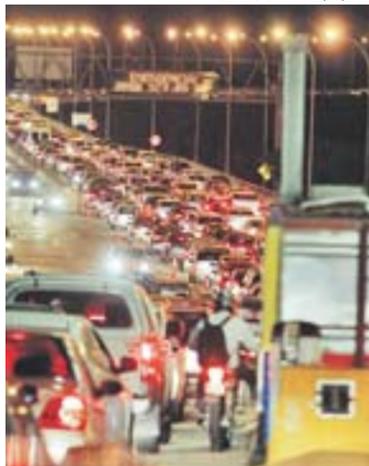
foi colocada em urgência por conta da ação judicial da Rodosol.

“O uso e ocupação do solo é uma questão municipal. Sei que é uma questão polêmica juridicamente, assim como a questão dos estacionamentos, mas temos de nos posicionar sobre o assunto”, afirmou o vereador e presidente da Câmara de Vitória.

Segundo ele, o maior problema demonstrado é que a instalação do pedágio reflete no trânsito tanto na Reta da Penha, quanto na região da Enseada do Suá, durante os horários de pico.

Plano contra engarrafamentos

RODRIGO GAVINI - 22/04/2014



TRÂNSITO na Ponte: intervenção

A proposta de faixa reversível para evitar congestionamentos nos horários de pico na Terceira Ponte vai ser levada para discussão na sede do Ministério Público Estadual, no próximo dia 30, às 14 horas.

Segundo a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Setop), uma proposta está sendo finalizada e deve usar placas e cones para ampliar o número de faixas no sentido de maior fluxo.

Além da Setop, participam da elaboração da proposta membros da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) e das prefeituras de Vila Velha e Vitória.

Segundo a Setop, a proposta será

feita com o mínimo de intervenções viárias possível. O projeto vai ser apresentado junto à Comissão de Mobilidade Urbana do MP-ES.

Em reunião anterior com a comissão do MP-ES, ficou decidido que a Sesp faria a coordenação de trânsito na ponte, por meio da Central de Controle e Operações que foi montada no local.

Segundo a Sesp, foi a forma encontrada para agilizar notificações de problemas na ponte, como pane seca e acidentes. A primeira reunião aconteceu há um mês na Procuradoria-Geral de Justiça e, desde então, estão sendo formatadas as propostas para a segunda reunião.